

O CÍRCULO VIRTUOSO DA DIALÉTICA. NEGAÇÃO E LIBERTAÇÃO

The Virtuous Circle of Dialectic. Negation and Liberation

WOLFGANG LEO MAAR*

wmaar@ufscar.br

A atualidade de Marcuse está na sua atualização de Marx. Isso não é demérito a lhe conferir uma importância menor, acessória. Ao contrário. Ao seguir em frente e se situar no ombro de um gigante, a estatura deste é compartilhada por Marcuse num projeto de elaboração coletiva, continuada e aberta. Que prossegue num presente marcado pela permanência dos problemas registrados e enfrentados tanto por Marx quanto por Marcuse e pelo projeto da Teoria Crítica da Sociedade.

Em *A Guerra Civil na França*, Marx formulou uma versão muito clara e direta do seu projeto político transformador da ordem capitalista:

“A classe operária não espera milagres da Comuna. Ela não tem que implementar por decisão popular quaisquer utopias prontas e acabadas. Ela sabe que, para realizar sua libertação e, junto à mesma, a forma de vida superior rumo à qual se dirige inexoravelmente a sociedade vigente por meio de seu próprio desenvolvimento econômico, que ela, a classe operária terá que passar por longos combates, toda uma série de processos históricos, mediante os quais, tanto os homens, como as circunstâncias serão modificados completamente. A classe operária não precisa realizar quaisquer ideais; ela precisa colocar em liberdade os elementos da nova sociedade que já se desenvolveram no seio da sociedade burguesa em colapso” (Marx, 2013: 928).

Essa afirmação constitui precisamente o lema condutor de toda a obra política de Marcuse, cujo nervo está no nexo entre modo de produção e modo de dominação.

Marcuse revelou como a sociedade capitalista pós-liberal, do capitalismo industrial avançado e corporativo, ao evoluir em uma sociedade unidimensional, com uma composição de pessoas unidimensionais, obstrui as forças que potencialmente levariam à sua transformação e, por essa via, à supressão do capitalismo e à constru-

* Universidade Federal de São Carlos (Brasil)

ção de uma nova sociedade, não organizada prioritariamente nos termos da ordem pautada na dominação do modo de produção capitalista.

Conforme Marx e Marcuse, colocar em liberdade os elementos transformadores deve ser uma determinação humana no plano social objetivo, uma necessidade no sentido de obrigação voltada à satisfação de uma carência. Caso contrário, retornaríamos à efetivação subjetiva ideal.

O Homem Unidimensional, de 1964, forma uma espécie de “fenomenologia” dessa configuração social batizada por Marcuse como “sociedade sem oposição”. Finaliza justamente enfatizando que caberia a um “novo sujeito” romper as contradições desenvolvidas na história humana e que “não explodem por si próprias” (Marcuse, 1991: 253). Salvo se fossem indivíduos livres, mas essa liberdade, pressuposto da libertação, não prevalece no mundo administrado. As alternativas “parecem sempre utópicas e o conhecimento da necessidade, a consciência dos males da situação, não bastará (...)” (Marcuse, 1991: 254).

Estaríamos face à demonstração do fracasso da teoria crítica? A teoria dialética permaneceria válida, apesar de não oferecer uma solução? Pode-se pensar em duas alternativas possíveis:

“A teoria crítica da sociedade renuncia e abandona seu trabalho a uma sociologia empírica, com nenhuma orientação teórica exceto a metodológica, desempenha um papel ideológico enquanto proclama a eliminação de juízos de valor. Ou os conceitos dialéticos demonstram sua verdade mais uma vez, ao compreenderem sua própria situação como sendo a da sociedade que analisam. Uma resposta pode aparecer e se impor quando a teoria crítica da sociedade é considerada justamente pelo ponto de sua maior fragilidade – sua inabilidade para demonstrar as tendências libertadoras no *interior* da sociedade estabelecida” (Marcuse, 1991: 254).

Esse será exatamente o prisma pelo qual Marcuse desenvolve sua obra: procurar compreender, em termos de um percurso genético e histórico, a ocorrência fatal exposta na constatação acima. Assim capacitaria a teoria crítica com o seu desenvolvimento no sentido de adequá-la aos novos desafios postos pelo processo histórico em curso. Ou seja: atualiza a Teoria Crítica. E, por fim, foca a apresentação de possibilidades, de “chances de alternativas”, conforme suas palavras.

Toda a elaboração teórica posterior a esse famoso livro de Marcuse é dedicada a se aprofundar no problema acima exposto, com o escrutínio da sua realidade processual histórica, para poder equacionar o mesmo em termos que possibilitem sua “solução”.

Na sequência, a análise e proposta de Marcuse será apresentada no próprio movimento de seu pensamento, que passa por três momentos, intercalados por um enfoque de sociedade como conjunto de *necessidades* para, nas considerações finais, culminar em um projeto de construção de uma chance real efetiva de encaminhamento da transformação da sociedade.

1 PRIMEIRO MOMENTO: UM NOVO SUJEITO

O primeiro momento se apresenta ainda em *O Homem Unidimensional*, quando Marcuse abandona como alternativa histórica adequada a “liberação de possibilidades inerentes”. Segundo sua exposição, o desenvolvimento das forças produtivas em larga escala, que propicia a criação de novas aptidões e de novas necessidades – inclusive pela geração crescente de “tempo livre” – se processa

“mediante meios e instituições que cancelam o seu potencial libertário (...) Os instrumentos da produtividade e do progresso são organizados em um sistema totalitário que determina o uso dos mesmos em todas as suas possíveis utilizações” (Marcuse, 1991: 255).

A própria sociedade unidimensional, com suas tendências totalitárias, faria com que, em seu âmbito, as pessoas, de possível “fermento da mudança social”, se convertam em “fermento da coesão social”, como base popular conservadora. A alternativa estaria então nos que

“existem fora do processo democrático; sua vida é (...) a mais real necessidade de pôr um fim às condições e instituições intoleráveis. Seu posicionamento é revolucionário ainda que sua consciência não o seja. Sua oposição acerta o sistema a partir de fora e, portanto, não é desviada pelo mesmo; é uma força elementar que, ao violar as regras do jogo, revela que se trata de um jogo manipulado. (...) O fato de partirem com a recusa de jogar o jogo pode vir a ser o fato que marca o início do fim de uma era” (Idem: 257).

É a “grande recusa” fundamentada na liberação de forças transformadoras *de fora* da sociedade vigente, em que recusa é a tradução histórico-material da prática de negação.

No entanto, por mais que se reverta a anulação do homem unidimensional como agente social e político transformador num “novo sujeito”, existe um outro aspecto a ser contemplado: um poder no processo social apto a gerar uma formação social heterônoma, com autonomia em relação ao processo de individuação.

A dependência do capital não se expressa unicamente na unidimensionalidade da racionalidade que fundamenta o processo do trabalho social; na sociedade de massas, a vida em geral é convertida em objeto de exploração e acumulação. Da mesma maneira, as contradições também se manifestam por vias mais amplas e complexas. A crítica da unidimensionalidade precisa compreender o modo de vida e de valores da sociedade. Como afirmam Negt e Kluge em sua obra *Esfera Pública e Experiência*, (...) “a tendência de um silenciamento completo do intelecto, até o ponto de representar um perigo ao sistema, é paralela à sua completa ativação para funções individuais. A noção marcuseana do ‘homem unidimensional’ não basta para descrever essa situação.” (Negt & Kluge, 1993: 170).

Não basta criticar o que se apresenta como “homem unidimensional”. As contradições provenientes dessa unidimensionalidade precisam ser enquadradas em uma socialização que as organiza de determinada maneira. Essa organização, por sua vez, vai além do alcance das atividades construídas como unidimensionais.

Tais contradições ocorrem num quadro de socialização como forma da sociedade estabelecida, baseada numa estrutura de poder que se organiza conforme os fundamentos da sociedade capitalista, com suas necessidades, seus hábitos, e seus valores consolidados. Essas fundações não são questionadas a não ser que haja uma diferente socialização. A crítica da unidimensionalidade precisa, portanto, englobar a socialização, por cima e para além do alcance das práticas de crítica à unidimensionalidade nesse contexto (Maar, 2016/2017: 184).

2 SEGUNDO MOMENTO: UMA NOVA SOCIEDADE

O segundo momento é expresso em *O Conceito de Negação na Dialética*, conferência lida no Congresso Hegel de Praga, em 1966. A questão relativa à dificuldade na demonstração das forças de libertação no interior do vigente é retomada nos termos de uma proposição filosófica. A Marcuse parece que

“no período atual (...) a principal dificuldade reside no conceito dialético segundo o qual as forças negativas se desenvolvem no seio de um sistema antagônico existente. Parece que esse desenvolvimento da negatividade no interior do todo antagônico é, hoje, dificilmente demonstrável” (Marcuse, 2004: 194).

Haveria uma “positividade” vinculada ao sistema existente a impedir a manifestação das possibilidades imanentes liberadas pela negação. Um momento positivo em relação ao existente, a sustentá-lo e reforçá-lo. Ele diz respeito a uma concepção

de progresso – no sentido de desenvolvimento, evolução – a postular que, sem nenhuma ruptura ou mesmo mera transição, o modo do direcionamento ao “futuro sempre se encontra enraizado no seio do vigente”. Somente uma destruição dessa positividade, um rompimento com o passado e o vigente, pode gerar uma “diferença qualitativa” na direção do progresso. Este outro conceito de progresso, quando interpretado como “base técnica do desenvolvimento das forças produtivas, pode servir como modelo para a construção de uma nova sociedade” (Marcuse, 2004: 195).

O próprio conceito de “negação”, enquanto seria desenvolvimento de superação, progresso de libertação gestada no interior, precisa ser questionado na medida em que se neutralizam as contradições e, enquanto progresso como curso de forças positivas, se reproduz o vigente no processo histórico. Em rigor se impõe relacionar o interno ao externo, apreendido como história.

Por essa argumentação ambientada filosoficamente, Marcuse pretendeu revelar como a negação, conforme sua ambientação, pode se revelar como positividade, e que para escapar das dificuldades dessa nova situação, cabe evitar “reduzir tudo simplesmente aos conceitos herdados”.

Não só o interno e o externo precisam ser reconectados entre si, como também o seu significado, bem como o de negação, precisam ser reconfigurados conforme seu contexto, seu ambiente social e natural.

Para Marcuse, o externo não tem sentido espacial, mas de externo e irredutível às contradições no interior da sociedade vigente.

“Externo no sentido de necessidades e objetivos reprimidos no existente. A diferença qualitativa da nova sociedade não deveria ser vista na satisfação das necessidades vitais – que continuam a ser a base de todo desenvolvimento – e sim no aparecimento da satisfação de novas necessidades, reprimidas na sociedade antagônica vigente. Tais necessidades novas encontrariam sua expressão em uma relação radicalmente modificada entre os homens e em um meio ambiente social e natural radicalmente distinto: solidariedade ao invés de concorrência; sensibilidade ao invés de repressão; paz como situação duradoura” (Marcuse, 2004:198).

Esses objetivos precisam se tornar necessidades, no sentido de *needs*, ou de *Bedürfnisse*, para poderem ser vinculados a forças sociais e, por essa via, a determinações que caracterizam a vida social. Apenas assim diferenciam a nova sociedade da antiga, contra a qual só se transformam em força social, quando sustentadas nas novas forças sociais que já existem e se erguem contra o velho todo repressivo. Igual mudança refere-se à negação.

“Na medida em que a sociedade se converte numa totalidade repressiva (...) se desloca o lugar social da negação. O poder do negativo surge fora da totalidade repressiva, a partir de forças ainda não manietadas pela produtividade agressiva e regressiva (...) ou que já se libertaram desse desenvolvimento e têm a chance de percorrer (...) um caminho humano de progresso. (...) a essa oportunidade corresponde a força da negação no interior da “sociedade da abundância”, força que se revela contra esse sistema como um todo. Negação não concentrada em classe alguma” (Idem: 198).

Doravante o “fora” também está “dentro” e a negação envolve a totalidade dessa nova sociedade. Ao mesmo tempo, a política no sentido institucional que marcava *O Homem Unidimensional*, como “constituída de indivíduos como agentes que criam, sustentam e reforçam as instituições”, daqui em diante se configura enquanto política como construção social de necessidades – ou então: de determinações – que se impõem e obrigam a organização da vida social e política.

3 INTERLÚDIO – A DINÂMICA DA SOCIEDADE PELA PRODUÇÃO DE NECESSIDADES

Segundo Marx “a sociedade não consiste de indivíduos, mas ela expressa a soma dos vínculos, das relações em que esses indivíduos se situam uns com os outros” (Marx, s/d: 176). Não se trata do que é a sociedade para a consciência dos indivíduos, mas da sociedade concreta, como síntese de múltiplas determinações e condições da vida social, das relações sociais. Tais como as determinações que resultam nos vínculos de dominação entre os seres humanos, ou de constituição dos mesmos como “escravos” ou como “cidadãos”.

Producem-se assim “indivíduos sociais”, que se reproduzem conforme as determinações e condições da vida social. Mas que também mudam essas determinações. É o que Marcuse aponta como “produção de novas necessidades”, a construção de “novas sociedades”. Nesse sentido, sociedade é apreendida como dinâmica e não estática, objeto objetificado, fetichizado; Adorno refere-se a essa situação ao postular a sua apreensão da “sociedade como sujeito”.

Em *O Homem Unidimensional*, Marcuse mostrou como na sociedade capitalista contemporânea as determinações e condições que implicam os nexos dos homens na sociedade “sofreram uma mudança e o controle social está ancorado nas novas necessidades que ele produz” (Marcuse, 1991: 9). Tal interiorização do processo de

controle no caso, é tecnológica no sentido de racionalidade, frente à qual “todas as contradições parecem irracionais e qualquer ação contrária parece impossível” (Idem: 9). O controle vinculado a uma ordem social produtiva é uma necessidade.

Nesse processo ocorre a perda da dimensão do poder de crítica, do poder do pensamento negativo; Marcuse examina a dinâmica dessa evolução que implica na crítica ao pensamento unidimensional, justamente na segunda parte do livro.

Já no *Ensaio sobre a Libertaçāo*, finalizado pouco antes dos eventos que abalaram o mundo em 1968, Marcuse mudou o foco: não discute a necessidade acima mencionada, mas se concentra na sua diferenciação como “necessidades verdadeiras” e “necessidades falsas”, agora convertidas em “necessidades vitais básicas” e “necessidades vitais supérfluas”. Estas últimas sustentam a continuidade do modo de produção capitalista, pelo trabalho gerador de valor. Marx é a referência fundamental:

“(ele) detectou no desenvolvimento e disseminação de necessidades vitais supérfluas, para além das necessidades básicas, o nível de progresso em que o capitalismo estaria maduro para a queda final: “O grande papel histórico do capital é o de criar esse trabalho excedente, trabalho supérfluo do ponto de vista do simples valor de uso, da mera subsistência e seu destino histórico está consumado tão logo, por um lado, as necessidades são desenvolvidas a tal ponto que o próprio trabalho excedente acima do necessário é necessidade universal derivada das próprias necessidades individuais; por outro lado, a laboriosidade universal mediante a estrita disciplina do capital, pela qual passaram sucessivas gerações, é desenvolvida como propriedade universal da nova geração (...) (Marx, s/d: 231)” (...) A localização da revolução é aquela fase em que a satisfação de necessidades básicas gera necessidades que transcendem a sociedade do Estado capitalista e do Estado socialista. No desenvolvimento dessas necessidades estão os impulsos radicalmente novos da revolução” (Marcuse, 197: 17).

Como exposto no “Prefácio à edição brasileira” do livro (Maar, 2024: xxv), a satisfação dessas necessidades deve se orientar conscientemente pela autonomia, pela autodeterminação de homens e mulheres livres. Querem construir sua vida social pela satisfação das suas necessidades vitais básicas, materiais e culturais, mas conforme seus próprios desígnios, como sujeitos de sua história e não determinados de modo heterônomo pela produção capitalista. Como animal político, para Marx o homem é um animal social e livre. “O ser humano é no sentido mais literal, um $\zeta\omegaον πολιτικόν$, não apenas um animal social, mas também um animal que somente pode se individualizar em sociedade” (Marx, s/d: 6). Marcuse retoma o tema ao explicitar

a emancipação nessa sociedade: “O ser humano é e continuará sendo um animal, mas um animal que satisfaz e preserva o seu ser-animal tornando-o parte de seu *eu*, de sua liberdade como Sujeito” (Marcuse, 1972: 18). A sociedade em que a pessoa se individualiza deve se fundamentar na liberdade exercida plenamente por seus sujeitos emancipados. Após despedaçar o véu ideológico, é preciso derrubar a estrutura do mundo que o sustenta. Individualizar-se em sociedade, livremente, com o domínio sobre as imposições da sociedade.

“O fetichismo do mundo das mercadorias, que parece tornar-se mais denso dia a dia, só pode ser destruído por homens e mulheres que despedaçaram o véu tecnológico e ideológico que oculta o que está acontecendo, que encobre a realidade insana do todo – homens e mulheres que se tornaram livres para desenvolver suas próprias necessidades, para construir, em solidariedade, seu próprio mundo” (Marcuse, 1972: 131).

Em rigor na obra de Marcuse estão “em pauta dois princípios de realidade, duas formas de sociedade em confronto (...) a disputa é um mundo qualitativamente distinto a partir de outro, apoiada nele e não exterior a ele. Ou seja, doravante a política ocorre no embate efetivo entre o mundo existente, estabelecido e perpetuado e o processo de transformação desse mundo” (Maar, 2024: xxxix).

Ou seja: a própria configuração interna da sociedade, relativa a seus hábitos no que concerne as relações dos seres humanos entre si e com a natureza.

A qualitativa diferença entre uma sociedade livre e a sociedade vigente “afeta todas as necessidades e satisfações para além do nível animal, ou seja, todas aquelas que são essenciais à espécie humana (...) são permeadas pelas exigências do lucro e da exploração” (Marcuse, 2024: 20). Isso ocorre pelo desenvolvimento tecnocientífico na produção material valorativa, que conduz a uma adaptação orgânica em relação a esse estado de coisas.

Uma nova sociedade exige uma nova natureza humana. Mas uma transformação social efetiva demanda uma consciência em relação a essa questão. E também uma nova “sensibilidade” apta a reconstruir ciência e tecnologia mediante criatividade e imaginação, de modo a intervir no plano dessa adaptação orgânica – como natureza humana – e orientá-la conforme as necessidades verdadeiramente humanas. Haveria um novo nexo entre entendimento e sensibilidade. Uma nova sensibilidade como forma social, como forma de sociedade (Maar, 2024: xli).

Para Marcuse a revolução não é só das relações de produção e das forças produtivas, mas também da própria dominação do aparato produtivo como tal, disciplinador

e individualista devido à repressão que se associa à exploração do trabalho excedente gerador de mais valor. Este interdita a vida em sociedade, ao obstruir mediante seu individualismo o espaço para o outro, e impedir pelo seu controle quaisquer possíveis formas emancipadoras das relações de cooperação e solidariedade.

“(...) a transformação da sociedade é concebível apenas como o modo com que homens livres (ou mais precisamente, homens no ato de libertarem-se a si mesmos) dão forma a suas vidas em solidariedade e constroem um ambiente em que a luta pela existência perde seus atributos hediondos e agressivos. A forma da liberdade não é mera autodeterminação ou autorrealização, mas antes a determinação e realização de metas que melhorem, protejam e unam a vida na Terra. E essa autonomia encontraria expressão não apenas no modo de produção e nas relações produtivas, mas também nas relações individuais entre os homens (...)” (Marcuse, 2024: 43).

Posteriormente se apresenta um balanço deste quadro.

Em *Contragrevolução e Revolta* Marcuse conclui:

“O novo padrão histórico da revolução vindoura talvez esteja melhor refletido no papel desempenhado por uma nova sensibilidade (...) Esbocei essa nova dimensão em *Ensaio sobre a Libertação*; aqui tentarei indicar o que está em jogo, a saber, uma nova relação entre o homem e a natureza – a sua própria e a natureza externa. A transformação radical da natureza torna-se uma parte integrante da transformação radical da sociedade. Longe de ser mero fenômeno psicológico (...), a nova sensibilidade é o meio em que a mudança social se converte numa necessidade individual, a mediação entre a prática política de transformar o mundo e o impulso de libertação pessoal” (Marcuse, 1972: 59).

Além disso, essa obra apresenta “o esforço para encontrar formas de comunicação que possam romper o domínio opressivo da linguagem e imagens que há muito se converteram num meio de dominação” (Marcuse, 1972: 79), ao introjetar na população valores dos dominadores e reproduzir o vigente nas consciências e nos sentidos. É a revolução cultural em um novo sentido: o das mudanças no domínio das necessidades vitais culturais, não materiais (Maar, 2024: xxv).

Pelas contradições que geram, as determinações capitalistas da sociedade implicam a possibilidade de desenvolver outras determinações que, de sua parte, implicam em uma sociedade libertadora. Já Marx destacara a questão ao afirmar que “assim como o sistema da economia burguesa só nos desenvolve pouco a pouco, do mesmo modo desenvolve a sua própria negação” (Marx, s/d: 600).

Nesta sociedade libertadora “os humanos se tornam necessidades vitais básicas para os humanos, um significado político muito claro na medida em que o capitalismo exerce controles sociais justamente para promover o individualismo e desativar essa sensibilidade. A “nova” sensibilidade já contém os elementos distintivos da solidariedade e da fraternidade, da cooperação e do comum para além dos vigentes. A vida social livre é uma necessidade vital básica” (Maar, 2024: xlvi).

Necessidades como natureza humana social. Social por imposição ou por imaginação. Marcuse mostra que uma tendência libertadora no interior da sociedade vigente pode ser compreendida como produção de novas necessidades não vinculadas às necessidades vitais supérfluas geradas no processo de produção e reprodução capitalistas.

4 TERCEIRO MOMENTO – A DIALÉTICA DE INDIVÍDUO E SOCIEDADE

Contrarrevolução e Revolta foi elaborado na esteira dos tempos contrarrevolucionários, marcados por sociedades organizadas de modo repressor e totalitário, tais como as democracias burguesas repressoras (Maar, 2022: 449). Apresenta por isso mesmo uma nova forma de apreensão da emancipação, com referência “sociopolítica” e não tendo em vista um prisma político institucional individual-liberal. O título de sua primeira parte traduz perfeitamente a situação: “A Esquerda sob a Contrarrevolução”. Os seus primeiros itens expõem essa nova sociedade pós-liberal. Para Marcuse,

“A organização total da sociedade sob capital monopolístico e a crescente riqueza criada por essa organização não podem anular nem sustar a dinâmica do seu crescimento: o capitalismo não é capaz de satisfazer as necessidades que ele próprio cria. (...) necessidades ‘transcendentais’ que não podem ser satisfeitas sem a abolição do modo de produção capitalista. (...) O que está em jogo não é meramente a ampliação da satisfação dentro do universo existente de necessidades, nem a transferência da satisfação a um nível superior, mas o rompimento com esse universo, um ‘salto qualitativo’” (Marcuse, 1972: 16).

A evolução do capitalismo no período contrarrevolucionário se deu por meio de um empobrecimento e de uma privação crescentes, fatores revolucionários. Agora,

“A revolução envolve uma transformação radical das próprias necessidades e aspirações, culturais e materiais. (...). Essa transformação aparece na luta contra o trabalho fragmentado; a necessidade da produção de desempenhos e de mercadorias estúpidas: o indivíduo burguês aquisitivo, a tecnologia que só disfarça a servi-

dão; a vida boa que é uma privação disfarçada; o modo de vida que só gera poluição. O que é necessidade moral e estética torna-se necessidade básica e vital, a impulsionar novas relações entre os sexos, entre as gerações, bem como entre a natureza e os homens e as melhores. A libertação é apreendida com base na satisfação dessas necessidades, sensoriais, éticas e racionais" (Marcuse, 1972: 16/17).

A postulação marcuseana é muito original, embora solidamente fincada na tradição marxiana: a era da revolução possível é a era em que o desenvolvimento da satisfação de necessidades básicas gera necessidades que transcendem a sociedade vigente e cujo desenvolvimento contém as forças novas que constituem a revolução.

“O capitalismo inaugurou uma nova dimensão que forma, simultaneamente, o seu espaço vital e a sua negação. A escala ampliada da produção e dos serviços reduz a base para o desenvolvimento capitalista” (Marcuse, 1972: 17).

A racionalidade com que se processava a obstrução da revolução, enquanto produção e satisfação de necessidades, adquire uma face irracional, cuja consciência contribui para arrefecer o próprio rendimento do sistema. A política que permite o contínuo crescimento do capitalismo, ao mesmo tempo agrava suas contradições. Essas porém não explodem sozinhas. Necessitam de um agente. Esse tem suas raízes no indivíduo, não o indivíduo “burguês” que reproduz a situação vigente, mas um indivíduo “com sua necessidade vital de um modo de vida em associação com outros indivíduos livres e de uma nova relação com a natureza – tanto a sua própria natureza, quanto a natureza externa” (Marcuse, 1972: 48). A superação do indivíduo burguês impõe o foco nas relações entre revolta pessoal e revolução social.

“Não existe revolução sem libertação individual, mas também não há libertação individual sem a libertação da sociedade. “Dialética da libertação”: (...) a tensão entre a realidade pessoal e social continua; o meio em que a primeira afeta a segunda é ainda a sociedade capitalista vigente. (...) Como a resolução dessas contradições só pode ser obra da própria revolução, elas precisam ser suportadas pelo movimento, mas como contradições “compreendidas”, ou seja, incluídas no desenvolvimento da estratégia” (Marcuse, 1972: 49).

Por essa via Marcuse vislumbra o meio pelo qual a realidade social pode afetar a realidade das pessoas, mantendo a tensão.

“Os agentes infecciosos não podem ser postos de lado; devem ser combatidos em seu próprio terreno (...) a libertação deve processar-se dentro do contexto definido pela situação em que a oposição se encontra e deve continuar (...) a crítica radical das instituições vigentes no próprio “establishment”. A liberdade individual

(recusa) deve incorporar o “universal” no protesto particular (...) uma futura sociedade livre deve aparecer nas relações pessoais dentro de uma sociedade não-livre. Por exemplo: (...) a libertação sexual precisa estar em completa convergência com a moralidade pública” (Idem: 49).

Desse modo, Marcuse expõe a contradição “compreendida”: a constatação da impossibilidade da liberdade para um indivíduo numa sociedade não-livre precisa estar presente em todas as ações que visam criar condições – isto é: novos meios – para a recusa do estabelecido, do vigente. “O negativo não é apenas o inverso do positivo, mas o seu oposto qualitativo”. (Marcuse, 1991: 55) Precisa se tornar uma “necessidade”, afetar a “natureza humana” para além do indivíduo isolado.

Nessa dinâmica indivíduo e sociedade são apreendidos, como propõe Marcuse, enquanto “conceitos dialéticos”: o indivíduo burguês e o indivíduo libertário-crítico, que se liberta de si mesmo e de quem o domina; a sociedade vigente e a sociedade livre, “a sociedade como sujeito” (Adorno, 1998: 317), conforme a denominação de Adorno, que se liberta da sociedade coisificada, reificada, imobilizada.

Retornamos à política, tal como posta no início desse trajeto em *O Homem Unidimensional*, rompendo o círculo vicioso com o círculo virtuoso da dialética.

“Uma libertação da imaginação que lhe facultasse todos os meios de expressão, pressupõe a repressão de muito do que agora é livre e perpetua uma sociedade repressiva. E uma tal reversão não é tarefa da psicologia ou da ética, mas da política no sentido em que esse termo tem sido utilizado: a prática em que as instituições básicas da sociedade são desenvolvidas, definidas, sustentadas e transformadas. É a prática de indivíduos, independente de como possam estar organizados. Assim mais uma vez é preciso enfrentar a questão: como os indivíduos administrados – que converteram sua mutilação em suas próprias liberdades e satisfações, reproduzindo-a em escala ampliada – podem se libertar de si mesmos e de seus senhores? Como é possível até mesmo pensar que o *circulus viciosus* seja rompido?” (Marcuse, 1991: 250).

5 CONCLUSÃO: NOVAS NECESSIDADES E EXPERIÊNCIAS ALTERNATIVAS DE SOCIEDADE

Ao apresentar o seu “método da economia política”, Marx utilizou uma expressão justificadamente tornada famosa e reveladora de sua completa sintonia com Darwin, a quem procurara sem sucesso dedicar *O Capital*:

“Na anatomia do ser humano está uma chave para a anatomia do macaco. Por sua vez, os indicativos de desenvolvimento superior nas espécies animais inferiores só podem ser compreendidos quando este desenvolvimento já é conhecido ele próprio. Destarte a economia burguesa oferece a chave para a antiga etc.” (Marx, s/d: 26).

Nesse desenvolvimento histórico, contudo, as fases anteriores que, em rigor, geram e portam a dinâmica evolutiva com todas as suas forças, sempre são apreendidas de modo parcial, unilateral e tendencioso devido ao que Marx denominou “ausência de autocrítica” no vigente, dada a sua resiliência, a sua resistência à mudança. Por essa via, se explica a fragilidade na revelação das tendências libertadoras presentes no existente e referida anteriormente.

O desenvolvimento superior a que faz referência o texto de Marx deve ser interpretado aqui, para efeitos sobretudo do realce marcuseano à leitura de Marx, não no sentido biológico de superioridade ou de desigualdade justificada. Antes cabe vincular a superioridade à configuração social como autodeterminação humana, em termos de superação das relações de dominação impostas por um modo de produção que sujeita e avassala a liberdade. Aplica-se aqui o que o próprio Marcuse disse, embora em outro contexto: “‘superior’ no sentido de uso mais racional e equânime de recursos, da minimização de conflitos destrutivos e da expansão do reino da liberdade”.

Isso permite interpretar políticas sociais antidiscriminatórias de raça, de gênero e de identidade, bem como políticas ambientais ou contrárias ao individualismo neoliberal produtivista e meritocrata, como práticas experimentais, de construção alternativa.

São configurações de rearranjos sociais resultantes do que se pode denominar uma “capacidade geradora ou criativa” desenvolvida nos conflitos e nas revoltas que traduzem as contradições sociais. São como “‘laboratórios’ de testes de relações não alienadas ou autônomas” (Marcuse, 1972: 50), com possibilidades elaboradas como configurações no âmbito das relações dos seres humanos entre si e com a natureza enquanto potenciais projetos de formas alternativas de sociedade.

De modo semelhante e igualmente válido às experiências decorrentes das políticas de lutas de classe, no sentido ampliado de “classe como totalidade dos ‘dependentes do capital’” nos termos da reformulação marcuseana.

REFERÊNCIAS:

- ADORNO, Theodor W. (1998): *Gesammelte Schriften- I – Bd.8*. Darmstadt, Wissenschaftliche Buchgesellschaft.
- MAAR, Wolfgang Leo (2022): “Repressive Democracy”. In *Constelaciones – Revisa de Teoria Crítica*. Número 14, pp. 445-454.
- MAAR, Wolfgang Leo (2016/2017): “Sociopolitics: Marx and Marcuse”. In *Constelaciones – Revista de Teoria Crítica*. Número 8/9, pp.162-186.
- MAAR, Wolfgang Leo (2024): “Prefácio à Edição Brasileira: Libertar a Liberdade”. In MARCUSE, Herbert: *Um Ensaio sobre a Libertação*. São Paulo: Editora Filosófica Politeia, pp. xix-xlvi.
- MARCUSE, Herbert (1972): *Counterrevolution and Revolt*. Boston: Beacon Press.
- MARCUSE, Herbert (1991): *One-dimensional Man*. 2nd. Edition. Boston: Beacon Press
- MARCUSE, Herbert (2004): “Zum Begriff der Negation in der Dialektik”. In *Schriften–Bd. 8*. Springer: Zu Klampen, pp. 194-199.
- MARCUSE, Herbert (2024): *Um Ensaio sobre a Libertação*. São Paulo: Editora Filosófica Politeia.
- MARX, Karl (s/d): *Grundrisse*. Frankfurt am Main: Europäische Verlagsanstalt.
- MARX, Karl (2013): “Der Bürgerkrieg in Frankreich”. In *Werke, Schriften–Bd. III: Politische Schriften*. Darmstadt: Wissenschaftliche Buchgesellschaft, pp. 882-956.
- NEGT, Oskar & KLUGE, Alexander (1993): *Public Sphere and Experience*. Minneapolis: University of Minnesota Press.